

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

a) A presente licitação consiste na **Contratação de seguro total**, pelo período de **01 (um) ano**, para a **frota de ônibus e micro-ônibus escolares da Secretaria de Educação do Município de Bodocó/PE**, conforme condições constantes neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VLR UNT	VLR TOTAL
1	IVECO BUS 15-210E-C	SERVIÇO	1	R\$ 6.580,50	R\$ 6.580,50
2	IVECO BUS 15-210E-C	SERVIÇO	1	R\$ 6.580,50	R\$ 6.580,50
3	IVECO BUS 15-210E-C	SERVIÇO	1	R\$ 6.580,50	R\$ 6.580,50
4	IVECO BUS 15-210E-C	SERVIÇO	1	R\$ 6.580,50	R\$ 6.580,50
5	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SERVIÇO	1	R\$ 7.551,11	R\$ 7.551,11
6	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SERVIÇO	1	R\$ 7.099,92	R\$ 7.099,92
7	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SERVIÇO	1	R\$ 7.099,92	R\$ 7.099,92
8	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SERVIÇO	1	R\$ 7.099,92	R\$ 7.099,92
9	IVECO/BUS 10-190E	SERVIÇO	1	R\$ 5.344,85	R\$ 5.344,85
					<b>R\$ 60.517,72</b>

#### 1.1. Detalhamento da Frota

Para fins de cotação e emissão da apólice, a frota objeto desta licitação é composta pelos seguintes veículos:

Item do Edital	Marca/Modelo	Placa	Ano	Lotação	Chassi	Valor da NF / Valor Determinado (R\$)
1	IVECO BUS 15-210E-C	SOI2C41	2024/2025	60	93ZK61LFZS8706556	R\$ 504.837,63
2	IVECO BUS 15-210E-C	SOC4E72	2024/2025	60	93ZK61LFZS8704770	R\$ 504.837,63
3	IVECO BUS 15-210E-C	SOD8C75	2024/2025	60	93ZK61LFZS8705091	R\$ 504.837,63
4	IVECO BUS 15-210E-C	SOH6A62	2024/2025	60	93ZK61LFZS8705616	R\$ 504.837,63
5	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SNM8H84	2023/2023	32	93PB58A10PC071267	N/A (Tabela FIPE)
6	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SNZ3E24	2024/2024	30	93PB58A10RC100005	N/A (Tabela FIPE)
7	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SOF5H58	2024/2025	30	93P858A105C100693	N/A (Tabela FIPE)
8	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	SOS3H32	2025/2025	30	93PBG3A10SC102779	N/A (Tabela FIPE)
9	IVECO/BUS 10-190E	QYA8F15	2025/2025	45	93ZK61BDZT8716753	R\$ 455.961,13

#### 1.2. DAS COBERTURAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

A apólice deverá contemplar, obrigatoriamente, as seguintes coberturas mínimas para todos os veículos da frota:

Cobertura	Especificação / Valor Mínimo	Observações
<b>Casco (Seguro Total)</b>	Conforme modalidade especificada para cada item na Secção 1.1	Cobre colisão, incêndio, roubo, furto e danos da natureza.
<b>RCO - Responsabilidade Civil Obrigatória de Passageiros</b>	<b>R\$ 4.034.747,63</b>	Cobertura para danos materiais e corporais causados aos passageiros. Exigência obrigatória para o transporte escolar.
<b>RCF-V - Danos Materiais a Terceiros</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>	Não será cobrada franquia para esta cobertura.
<b>RCF-V - Danos Corporais a Terceiros</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>	Não será cobrada franquia para esta cobertura.
<b>Danos Morais (DMO)</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>	Cobertura para danos morais e estéticos. Não será cobrada franquia.

APP - Morte	R\$ 100.000,00 por passageiro	Acidentes Pessoais de Passageiros. Não será cobrada franquia.
APP - Invalidez Permanente	R\$ 100.000,00 por passageiro	Acidentes Pessoais de Passageiros. Não será cobrada franquia.
DMHO - Despesas Médico-Hospitalares	R\$ 30.000,00	Não será cobrada franquia para esta cobertura.
Assistência 24 horas	Guincho, táxi, hotel, chaveiro, etc.	Sem limite de acionamentos e quilometragem. Em caso de pane seca, deverá ser providenciado o reboque até ao posto de combustível mais próximo.
Vidros, Faróis, Lanternas e Retrovisores	Cobertura completa.	Sem limites de acionamentos. Não será cobrada franquia.
Despesas Extras	Pagamento de 5% do valor do veículo em caso de perda total.	Há itens que o cálculo será sobre o valor da Tabela FIPE e outros sobre o Valor Determinado. Não será cobrada franquia.
Atos de Vandalismo	Cobertura contratada.	Respeitando a regra de franquia do casco.

**Franquia:** O valor da franquia para a cobertura de Casco não poderá exceder 5% (cinco por cento) da importância segurada de cada veículo, seja ela o Valor Determinado ou o valor da Tabela FIPE.

### 1.3. DO CRITÉRIO DE INDENIZAÇÃO POR PERDA TOTAL (PT)

- a) **Critério de Indenização:** Para os veículos que não possuam código de referência na Tabela FIPE, o critério de indenização em caso de Perda Total (PT), Roubo ou Furto deverá ser a modalidade **Valor Determinado**.
- b) **Definição do Valor Determinado:** O Valor Determinado para cada veículo será o valor de mercado referencial constante na tabela da Seção 1.1, baseado no valor de aquisição da Nota Fiscal (NF) do bem.
- c) **Critério para Veículos com Tabela FIPE:** Para os veículos que possuam código de referência na Tabela FIPE, o critério de indenização em caso de Perda Total (PT), Roubo ou Furto será de **100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE** vigente na data do sinistro.

### 1.4. DO VALOR ESTIMADO

1.4.1 O valor global estimado para a presente aquisição é de **R\$ 60.517,72 (sessenta mil, quinhentos e dezessete reais e setenta e dois centavos)**

### 1.5. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

ÓRGÃO PARTICIPANTE
ÓRGÃO / RAZÃO SOCIAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOCÓ/PE
CNPJ: 11.040.86210001-64
ENDEREÇO: AVENIDA FLORIANO PEIXOTO, 78 - CENTRO - BODOCÓ/PE
SECRETARIA RESPONSÁVEL: ELIZÂNGELA ROMÉLIA DA SILVA PEDROSA

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Administração Pública Municipal do Fundo de Educação de Bodocó dispõe de uma frota de ônibus e micro-ônibus escolares cuja utilização é fundamental para a execução dos serviços públicos educacionais essenciais. A frota é utilizada no transporte diário de estudantes da rede municipal de ensino, especialmente na zona rural, onde o deslocamento até as unidades escolares depende exclusivamente do transporte público fornecido pelo Município.

A falta de seguro comprometeria diretamente a segurança dos alunos, a continuidade do calendário escolar e o acesso à educação, principalmente das crianças e adolescentes residentes em regiões mais afastadas. O transporte escolar representa um direito fundamental dos estudantes e uma obrigação constitucional do poder público, sendo indispensável para garantir o acesso e a permanência na educação básica.

A contratação de seguro veicular se mostra indispensável para a proteção do patrimônio público e a garantia da continuidade dos serviços, prevenindo prejuízos financeiros e operacionais decorrentes de sinistros como

acidentes, furtos, incêndios ou danos a terceiros. Esta medida preventiva e estratégica assegura a pronta reposição e manutenção da frota em caso de sinistro, evitando interrupções nos serviços educacionais.

## 2.2. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A não elaboração de um Plano de Contratações Anual específico para este objeto encontra respaldo no Art. 12, Inciso VII, da Lei nº 14.133/21. O dispositivo legal prevê a faculdade, e não a obrigatoriedade, da elaboração do plano por parte dos órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo. Embora não tenha sido elaborado um Plano de Contratações Anual específico, a presente contratação está amparada em sólido planejamento orçamentário, com a devida alocação de recursos no elemento de despesa. Essa previsão orçamentária demonstra a capacidade financeira das entidades para realizar a contratação, assegurando a disponibilidade de recursos e a conformidade com os princípios de responsabilidade fiscal e gestão eficiente dos recursos públicos. Dessa forma, a contratação pretendida se mostra viável, mesmo sem a elaboração de um Plano de Contratações Anual específico, uma vez que a demanda está prevista no orçamento e atende às necessidades das entidades públicas municipais de Bodocó/PE

## 3. VIGÊNCIA CONTRATUAL

a) O contrato terá vigência de 01 (um) ano, contados da data da última assinatura das partes, considerando o exercício financeiro vigente. O contrato poderá ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e/ou 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que haja disponibilidade orçamentária e interesse da Administração Pública.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

### 4.1. Descrição da Solução:

A solução técnica contempla a contratação de uma apólice de seguro veicular completa, que abrange as modalidades de **Valor Determinado e 100% da Tabela FIPE** para a cobertura de Casco Compreensiva. A apólice inclui como exigência principal a cobertura de **Responsabilidade Civil Obrigatória de Passageiros (RCO)**, além de Responsabilidade Civil Facultativa (RCF-V) para danos materiais e corporais a terceiros, e demais coberturas detalhadas. A contratada deverá garantir **Assistência 24 horas** completa e a possibilidade de inclusão de novos veículos durante a vigência contratual, mediante endosso.

### Aspectos Econômicos

A contratação representa um investimento preventivo que protege o patrimônio público contra perdas financeiras significativas em caso de sinistros. Os custos do seguro são compensados pela segurança financeira proporcionada, pela mitigação de responsabilidades civis e pela garantia de continuidade dos serviços essenciais de transporte escolar.

### Assistência Técnica

A seguradora deverá oferecer, através da cobertura de Assistência 24 horas, uma rede de prestadores qualificados para serviços de reboque, socorro mecânico e elétrico, chaveiro e assistência em caso de pane seca, garantindo o atendimento adequado em todo o território municipal.

### Fundamento e Conclusão

A solução proposta alinha-se aos princípios da eficiência, economicidade e gestão de riscos previstos na Lei 14.133/2021, proporcionando a proteção integral da frota educacional e assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à comunidade escolar

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 5.1 Sustentabilidade:

A contratação deve observar critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando empresas que adotem práticas sustentáveis em seus processos operacionais e que contribuam para a redução do impacto ambiental através de políticas de responsabilidade socioambiental

### 5.2 Subcontratação:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando a natureza especializada dos serviços de seguro e a necessidade de responsabilidade direta da contratada perante a Administração.

### 5.3 Qualificação Técnica ou autorizações especiais:

A empresa contratada deve ser legalmente autorizada a operar no ramo de seguros de automóveis no Brasil, apresentando comprovação de autorização vigente junto à SUSEP. Deve apresentar registro ativo no Cadastro de Empresas da SUSEP com habilitação específica para seguro de automóveis

Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, evidenciando execução satisfatória de objeto compatível, com capacidade mínima de 30% dos quantitativos licitados

#### **5.4 Critério de Julgamento:**

O critério de julgamento da licitação será o de Menor Preço por Global.

#### **5.5 Modalidade de Licitação:**

A modalidade de licitação será definida com base no valor estimado da contratação e na legislação vigente. As opções mais prováveis são:

- **Pregão Eletrônico:** Para contratações acima do limite de dispensa de licitação por valor, o pregão eletrônico é a modalidade mais indicada, por ser mais célere e eficiente.
- **Dispensa de Licitação (por valor):** Se o valor estimado da contratação for inferior ao limite estabelecido na Lei nº 14.133/2021 para dispensa de licitação por valor (Art. 75, inciso II), a contratação poderá ser realizada diretamente, por dispensa de licitação.

#### **5.6 Procedimento Auxiliar:**

Não Será utilizado o Sistema de Registro de Preços (SRP).

#### **5.7 Prazo de execução:**

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, considerado da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas nos artigos 107 da Lei 14.133/2021.

#### **5.8 Vistoria:**

- Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria dos veículos e/ou das instalações do local onde estão guardados os veículos, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 16 horas.
- Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da unidade, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

12 – Educação

12 361 – Ensino Fundamental

12 361 1004 – Nova Educação

12 361 1004 2067 0000 – Encargos Manutenção Transporte Estudantes – Ensino Fundamental – PNATE – Recursos Próprios

12 361 1004 2068 0000 – Encargos com o Programa Transporte Escolar – PETE – Recursos Próprios

12 361 1004 2294 0000 – Encargos com o Programa Transporte Escolar – PETE – Recursos Estaduais

0 2 0 5 0 4 – Secretaria de Educação

12 – Educação

12 361 – Ensino Fundamental

12 361 1004 – Nova Educação

12 361 1004 2062 0000 – Encargos com a Manutenção do Ensino Fundamental – Recursos Próprios

### **7. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante:

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução contratual, designando servidor responsável pela gestão do contrato para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela seguradora;
- b) Fornecer informações precisas e atualizadas sobre a frota de veículos objeto deste contrato, incluindo dados técnicos, valor de mercado, características dos condutores e histórico de sinistralidade;
- c) Comunicar imediatamente à seguradora qualquer alteração na frota segurada (inclusão, exclusão ou modificação de veículos), bem como mudanças de endereço de estacionamento dos veículos ou outras informações que possam alterar o risco;
- d) Efetuar o pagamento do prêmio do seguro nos prazos estabelecidos no contrato, sob pena de suspensão da cobertura securitária;
- e) Comunicar sinistros à seguradora no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o conhecimento do evento, fornecendo todas as informações e documentos necessários para a regulação;

- f) Preservar o local do sinistro sempre que possível e adotar as medidas necessárias para minimizar os danos, observando as orientações da seguradora;
- g) Disponibilizar documentação completa e legível para abertura e acompanhamento de processos de sinistros, incluindo boletins de ocorrência, laudos técnicos e orçamentos quando solicitados;
- h) Manter os veículos segurados em perfeitas condições de uso, cumprindo rigorosamente os programas de manutenção preventiva e corretiva, conforme especificações técnicas dos fabricantes;
- i) Garantir que os condutores dos veículos segurados possuam habilitação compatível com a categoria dos veículos e estejam aptos para o exercício da atividade, promovendo capacitações em direção defensiva quando necessário;
- j) Constituir reserva orçamentária específica para pagamento de franquias decorrentes de sinistros, considerando o histórico de ocorrências da frota;
- k) Acompanhar os prazos estabelecidos pela seguradora para regulação de sinistros, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento;
- l) Manter controle rigoroso das apólices, endossos, certificados individuais e demais documentos do seguro, organizando arquivo específico para consulta e acompanhamento;
- m) Aplicar as sanções contratuais cabíveis em caso de descumprimento de obrigações pela seguradora, garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- n) Cumprir as demais obrigações previstas no contrato, na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável, zelando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## **8. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações da Contratada (Seguradora):

- a) Fornecer cobertura securitária integral para todos os veículos objeto deste contrato, conforme as especificações técnicas, garantindo proteção contra danos materiais, roubo, furto e demais riscos cobertos pela apólice;
- b) Emitir apólices e certificados individuais de seguro para cada veículo segurado, contendo todas as informações necessárias e entregá-los à Contratante no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato;
- c) Manter equipe técnica qualificada para atendimento telefônico durante todo o horário comercial, disponibilizando canal de comunicação 24 horas para situações de emergência;
- d) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração nas condições da apólice, prazos de vigência ou modificações que possam afetar a cobertura securitária;
- e) Proceder à regulação de sinistros no prazo máximo estabelecido pela SUSEP, mantendo a Contratante informada sobre todas as etapas do processo, desde a abertura até a liquidação;
- f) Disponibilizar sistema online para consulta de apólices, acompanhamento de sinistros e emissão de documentos, com acesso liberado para os gestores designados pela Contratante;
- g) Prestar assistência 24 horas incluindo guincho, chaveiro, pane seca e demais serviços de apoio, conforme especificações técnicas da cobertura contratada;
- h) Manter registro detalhado de todos os sinistros ocorridos, fornecendo relatórios periódicos à Contratante com análise de sinistralidade e recomendações para redução de riscos;
- i) Cumprir rigorosamente os prazos para pagamento de indenizações e reembolsos, não excedendo os limites estabelecidos pela legislação da SUSEP e pelo contrato;
- j) Substituir a apólice ou certificado em caso de perda, roubo ou deterioração, sem ônus adicional para a Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- k) Aceitar a inclusão ou exclusão de veículos na apólice mediante endosso, ajustando proporcionalmente o valor do prêmio e mantendo as mesmas condições contratuais;
- l) Manter sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em decorrência do contrato, não podendo divulgá-las a terceiros sem autorização expressa da Contratante;
- m) Cumprir integralmente as obrigações previstas no Código Civil, Lei nº 14.133/2021, regulamentações da SUSEP e demais normas aplicáveis ao setor de seguros.

## **9. DO PAGAMENTO**

### **9.1. Pagamento**

- a) O pagamento será realizado em **parcela única** e será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo, conforme atestado na nota fiscal. O montante será transferido por meio de ordem bancária, para ser creditado na conta corrente indicada pelo prestador ou por meio de pagamento de boleto bancário emitido pelo Prestador.



b) Nenhum pagamento será efetuado à licitante que vier a ser contratada que esteja em débito para com a Administração, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que eventualmente lhe tenha sido imposta como penalidade.

c) Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;

d) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

e) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

g) A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos: 1) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

## **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **10.1. Condições de Execução:**

- A execução dos serviços será iniciada em até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato;
- A cobertura securitária entrará em vigor imediatamente após a emissão das apólices e certificados individuais, condicionada ao pagamento da primeira parcela do prêmio;
- A seguradora poderá realizar vistoria prévia em todos os veículos da frota;
- Não haverá período de carência para qualquer tipo de cobertura, garantindo proteção integral desde o primeiro dia de vigência da apólice.

### **10.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços:**

- Horário de atendimento: De segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com plantão telefônico 24 horas para emergências;
- Regulação de sinistros: Será realizada preferencialmente no local do evento, com deslocamento de perito credenciado.

### **10.3. Rotinas a serem Cumpridas:**

- Emissão de apólices: Entrega de certificados individuais para cada veículo no prazo máximo de 15 dias úteis;
- Comunicação de sinistros: Atendimento e abertura de processo em até 24 horas após a comunicação oficial;
- Regulação: Conclusão do processo de regulação conforme prazos estabelecidos pela SUSEP;

### **10.4. Materiais a serem Disponibilizados:**

#### **• Pela Contratante (órgão):**

- Documentação completa dos veículos (CRLV, notas fiscais, laudos de avaliação);
- Informações sobre condutores habilitados e suas respectivas CNHs;
- Locais de estacionamento e itinerários regulares da frota;
- Boletins de ocorrência e documentos necessários em caso de sinistros.

#### **• Pela Contratada (Prestador):**

- Apólices e certificados individuais de seguro devidamente registrados;
- Manual de procedimentos para comunicação e acompanhamento de sinistros;
- Lista atualizada de oficinas e prestadores de serviços credenciados;
- Sistema online para consulta de apólices e acompanhamento de processos;
- Formulários padronizados para comunicação de sinistros.

### **10.5. Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta:**

- Todas as informações técnicas, funcionais, quantitativas e qualitativas necessárias para o correto dimensionamento da solução e elaboração da proposta de preços estão detalhadas nos seguintes documentos, que são partes integrantes do processo de contratação :

o Anexo I - Termo de Referência (TR): Contém as especificações completas do objeto, coberturas mínimas obrigatórias, valores de importância segurada, franquias máximas, níveis de serviço exigidos e obrigações das partes;

### **10.6. Especificação da Garantia do Serviço:**

- O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se subsidiariamente as normas da SUSEP para contratos de seguro;
- Em caso de não pagamento de indenização por falha da seguradora, esta responderá pelos prejuízos causados à Administração, independentemente das sanções contratuais cabíveis.

#### **10.7. do recebimento:**

- a) Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, especialmente a emissão e entrega das apólices de seguro (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data de recebimento provisório, permitindo assim a análise detalhada da conformidade das apólices de seguro e das coberturas contratadas;
- c) As apólices e coberturas deverão estar em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e normas da SUSEP. Aquelas que apresentarem irregularidades serão rejeitadas, obrigando-se o fornecedor a reemitir ou corrigir as apólices, sem prejuízo para os órgãos;
- d) A seguradora deverá entregar as apólices de acordo com as coberturas e condições indicadas na proposta de preços, conforme especificações do edital, podendo oferecer coberturas de qualidade superior;
- e) Após o recebimento definitivo, o órgão contratante atestará a aceitação dos serviços em plena conformidade com as especificações e requisitos estabelecidos no contrato, confirmando a vigência e validade das apólices emitidas

### **11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **11.1. Do contrato:**

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **11.4. Fiscal**

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **11.5. Fiscalização Técnica**

- a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- b) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- d) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- f) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual

#### **11.3. Fiscalização Administrativa**

- a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I).

b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### 11.4. Gestor do Contrato

a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

d) O gestor do contrato acompanhará o cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

e) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

#### 12. DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 2 % a 10% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de de 2 % a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 2 % a 10% do valor do Contrato.



- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 2 % a 10% do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2 % a 10% do valor do Contrato.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante

### **13. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE**

- a) Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021.
- b) Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- c) Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, (Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Ampla), fornecido pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- d) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- e) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- f) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- g) O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

##### **14.1.1. Habilitação Jurídica: Conforme a natureza jurídica da licitante, deverá ser apresentado:**

- a) Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) da respectiva sede.
- b) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), conforme Resolução CGSIM nº 48/2018 ou posterior.
- c) Sociedade Empresária (inclusive Limitada - Ltda), Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI - observar legislação sobre transformação em SLU): Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) da respectiva sede, devidamente atualizado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores (ex: ata de eleição).
- d) Sociedade Empresária Estrangeira com atuação permanente no País: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar sua sede ou representação principal no país.
- e) Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no respectivo registro (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas) onde opera, com averbação no Registro da sede da matriz.
- g) Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e estatuto social (com ata da assembleia que o aprovou) devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ou entidade estadual, se houver (conforme Lei nº 5.764/1971).
- h) Os documentos de constituição (contrato social, estatuto, etc.) deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais/estatutárias ou da última consolidação registrada.
- i) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar também o decreto de autorização, se aplicável.

##### **14.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). [Ref. a]
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). [Ref. b]
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), que poderá constar na certidão conjunta RFB/PGFN ou ser emitida separadamente, se necessário.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal. [Ref. c]
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). [Ref. d]
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. [Ref. e]
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. [Ref. f]
- h) Caso a licitante se declare isenta de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante documento hábil fornecido pelo respectivo ente federativo. [Ref. g]
- i) As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e

trabalhista, ainda que esta contenha alguma restrição. Havendo alguma restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, conforme Art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata.

**14.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**14.1.4. Qualificação Técnica:**

- a) A empresa contratada deve ser legalmente autorizada a operar no ramo de seguros de automóveis no Brasil, apresentando comprovação de autorização vigente junto à SUSEP. Deve apresentar registro ativo no Cadastro de Empresas da SUSEP com habilitação específica para seguro de automóveis
- b) Atestado de Capacidade Técnica: Comprovação através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, evidenciando execução satisfatória de objeto compatível, com capacidade mínima de 30% dos quantitativos licitados

**15. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- a) O objeto desta licitação se apresenta como um bem comum à luz da legislação, por se tratar de um bem que foi descrito com especificações usuais no mercado, além de contar com padrões de desempenho objetivamente detalhados no edital de licitação, de modo a possibilitar que a concorrência se dê, unicamente, com base no critério de preço.

**16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- a) Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente;
- b) Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Termo de Referência e do Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Bodocó-PE, Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

Bodocó/PE, 29 Abril de 2026

Guilherme Gonzaga de Oliveira  
Fiscal

Elizângela Romélia da Silva Pedrosa  
Secretaria de Educação